JUSTIÇA EM NÚMEROS 2023

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

JUSTIÇA EM NÚMEROS

CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

20ª Edição do Relatório Justiça em Números

Novidades 2023:

- Capítulo Participação Feminina;
- Nova forma de contagem, contemplando os Termos Circunstanciados e os processos de segundo grau por conhecimento e execução;
- Novo índice de recorribilidade;
- Inclusão do TRF6.
- Tradução para inglês e espanhol;
- Novo Painel Justiça em Números;

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

DATAJUD
BASE NACIONAL DE DADOS DO PODER JUDICIÁRIO

Justiça em números

Desde 2022 o Justiça em números passou a utilizar a Base Nacional de Dados do Poder Judiciário – DataJud, fonte primária de dados do Sistema de Estatística do Poder Judiciário – SIESPJ, de modo a conferir maior transparência, qualidade da informação, eficiência e racionalidade nas coletas primárias de dados processuais nos tribunais.

Links úteis

Relatórios Analíticos e Sumários Executivos

Base Nacional de Dados do Poder Judiciário

https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Novo menu lateral, que integra todos os painéis do DataJud:

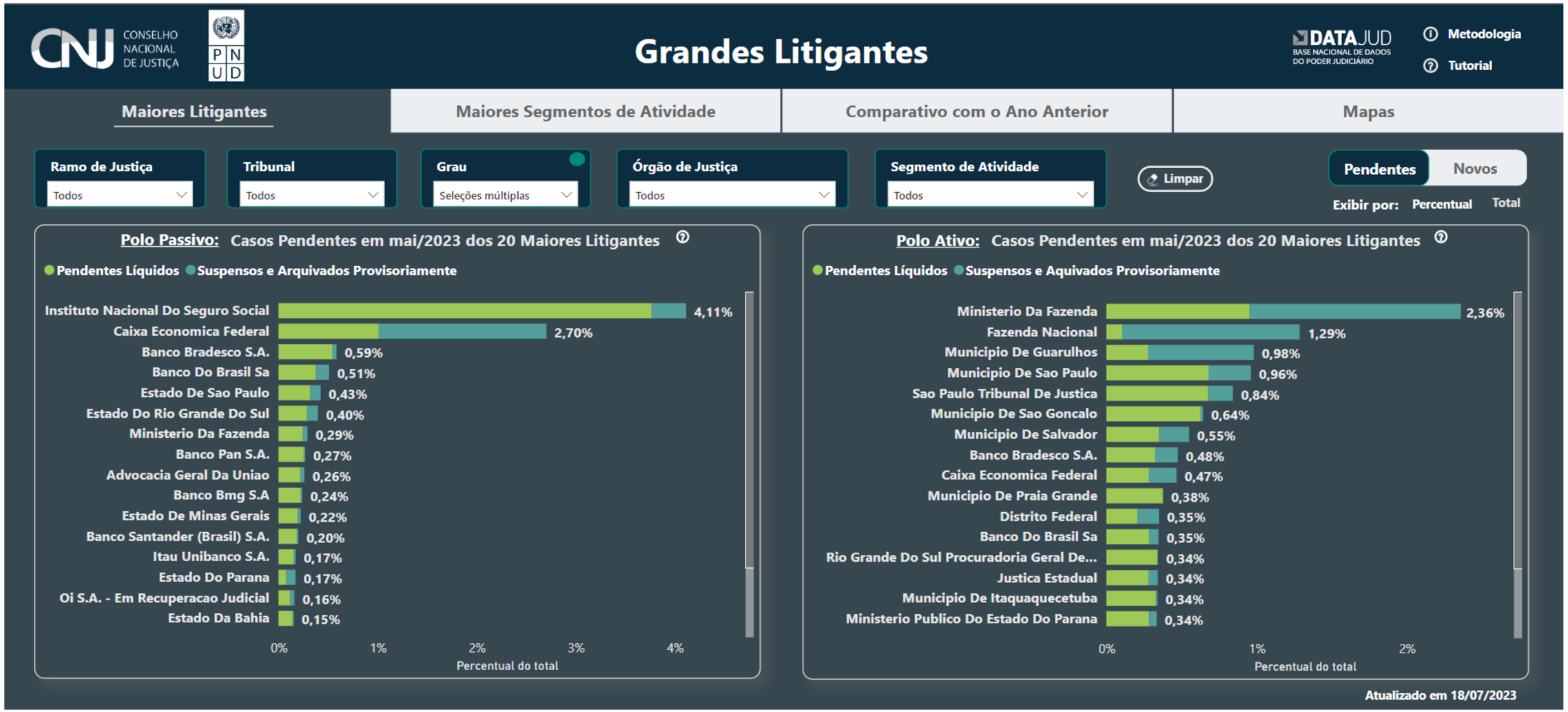
- Direito à Saúde;
- Medidas Protetivas de Urgência da Lei Maria da Penha;
- Direito de Família;
- Infância e Juventude;
- Ações Coletivas;
- Maiores Litigantes;
- Painel de Saneamento do DataJud;
- Painel de Saneamento por Unidade Judiciária;
- Monitoramento de cargas no DataJud;
- Interceptação Telefônica;
- Parametrização dos Painéis.

Novo painel com Despesas, Receitas e Pessoal

Dados anuais.

Painel de Metas Nacionais integrado ao DataJud

Acesso ao painel de Grandes Litigantes



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

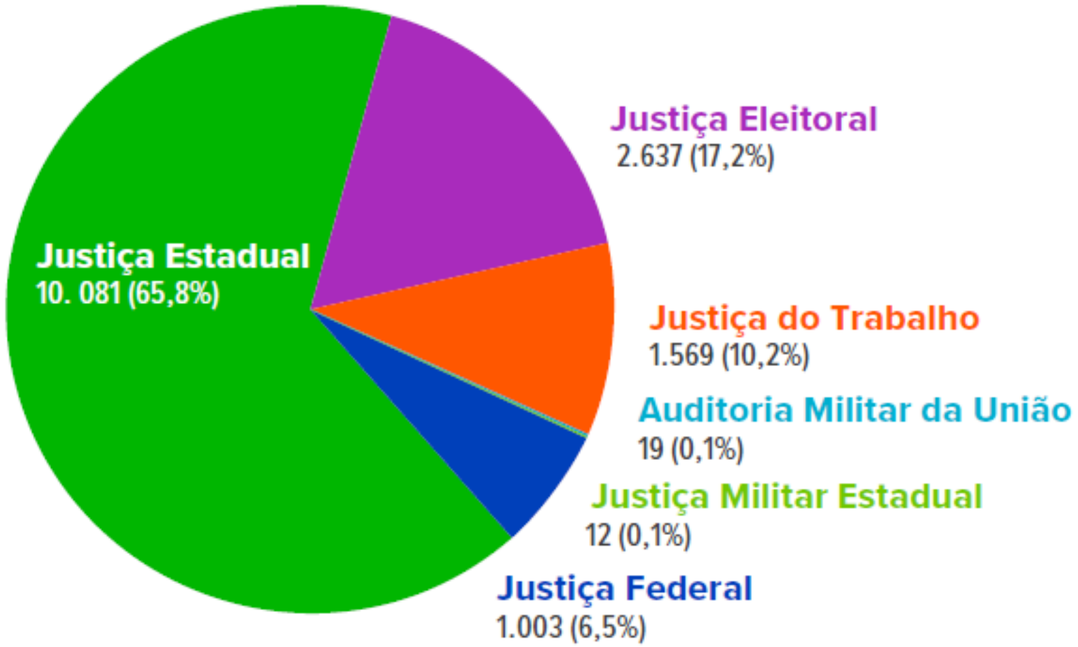
Agenda:

Dados do Relatório

- Estrutura
- Despesas e arrecadações
- Pessoal e Participação Feminina
- Processos, produtividade e desempenho
- Temáticos: execução, execução fiscal, primeiro grau, competências, criminal.
- Indicadores específicos: recorribilidade, conciliação, tempo, tramitação eletrônica
- Demandas por Classe/Assunto
- Estatísticas por ODS

Estrutura

- Unidades Judiciárias de primeiro grau: 15.321.
- Comarcas: 2.503 (44,9% municípios).
- População residente em sede de comarca: 89%.



Fonte: Módulo de Produtividade Mensal

Pessoal

FORÇA DE TRABALHO

TOTAL: 436.384

MAGISTRADOS(AS): 18.117

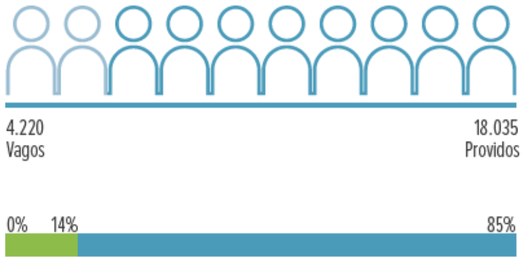
SERVIDORES(AS): 272.600

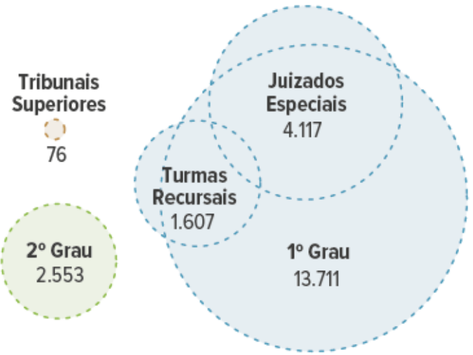
Efetivos(as): 226.552
Cedidos(as) /requisitados(as): 22.411
Sem vínculo efetivo: 22.627

AUXILIARES: 145.667

MAGISTRADOS(AS)

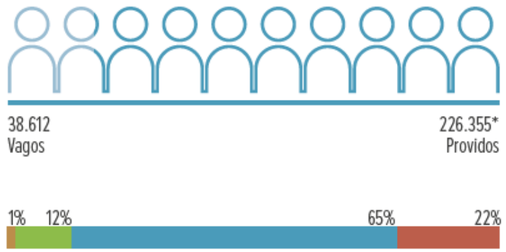
Cargos Existentes: 22.337

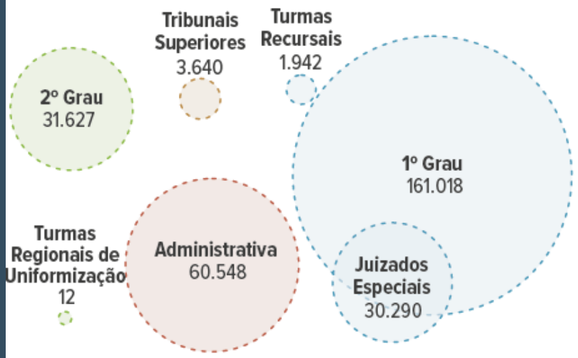




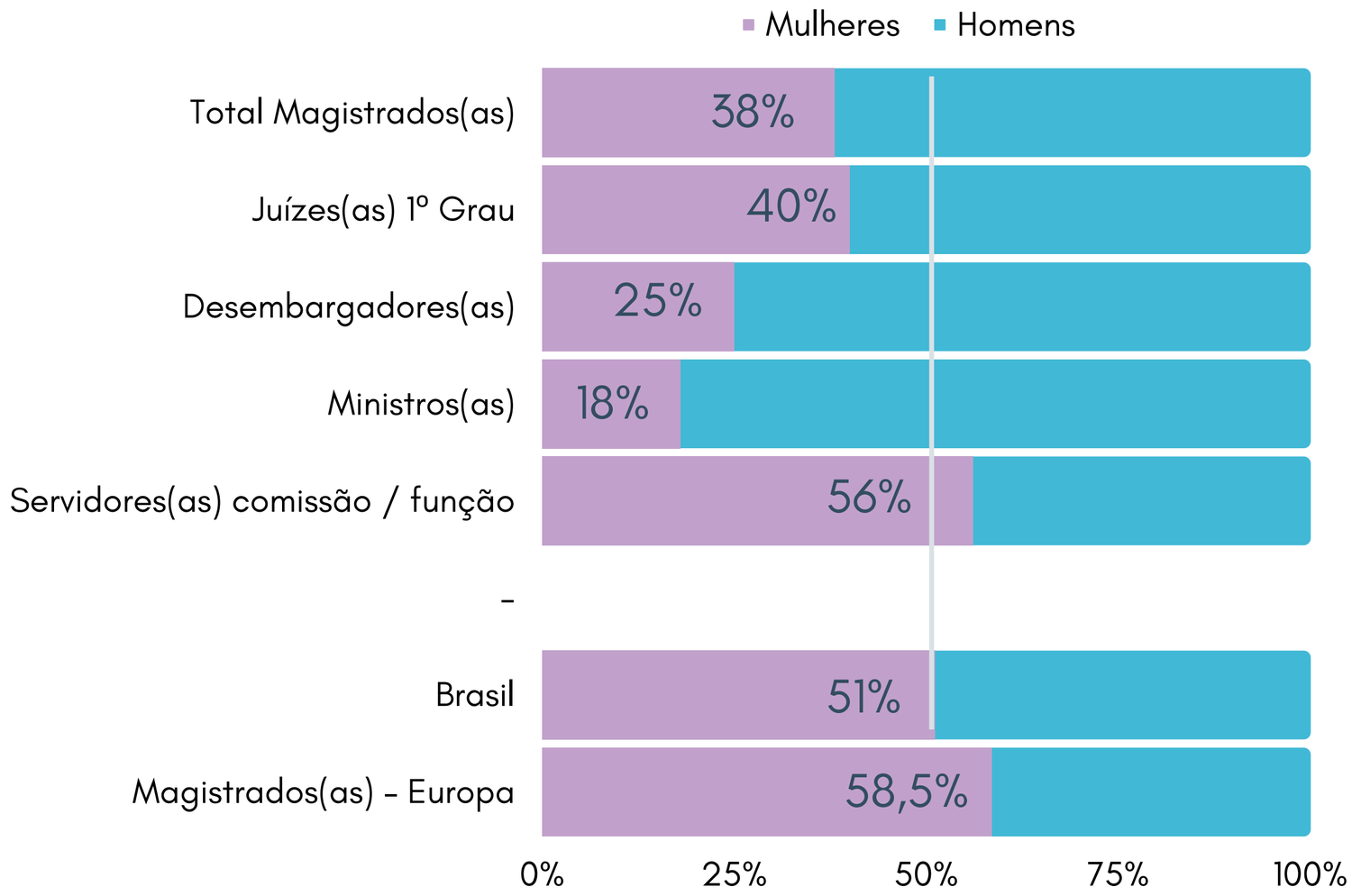
SERVIDORES(AS)

Cargos Existentes: 264.967





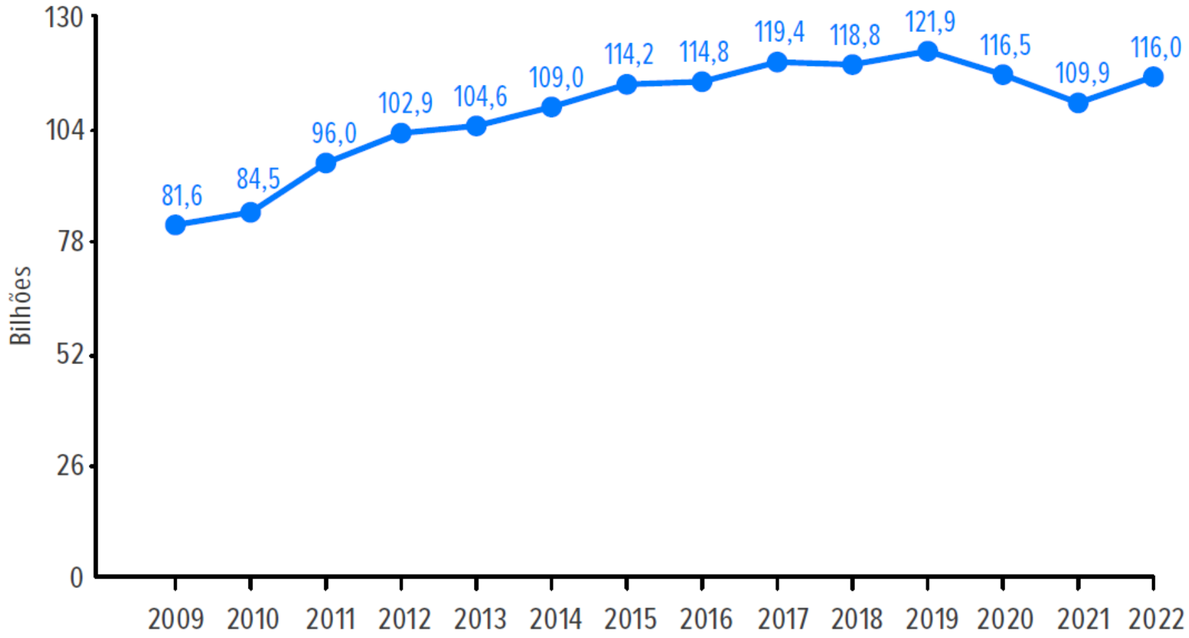
Participação Feminina



Resultados:

Retomada, com aumento da demanda e de custos.

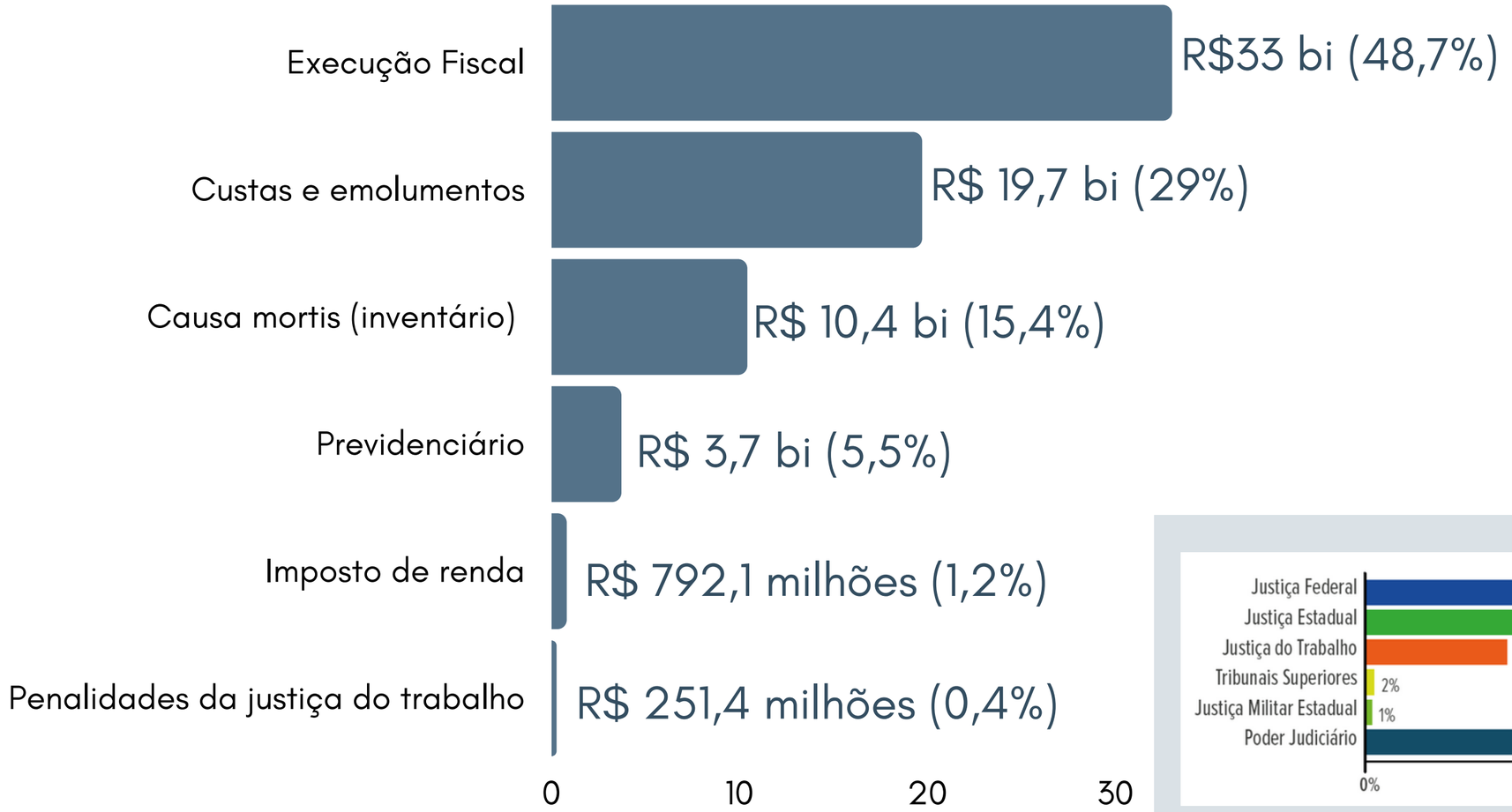
- Despesas Totais: + 5,5%;
- Despesas de capital: +42,1%;
- outras despesas correntes: +18%;
- Despesas com recursos humanos: +4%;
- Despesas com informática: +15,28%.



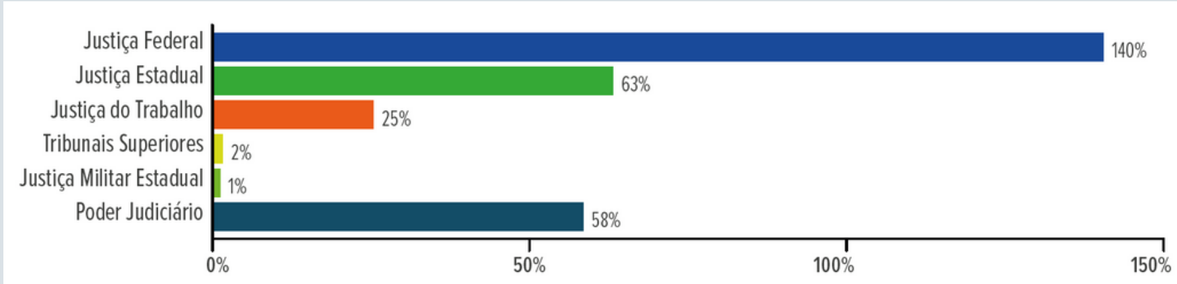
Valores reajustados pelo IPCA.

CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Arrecadações

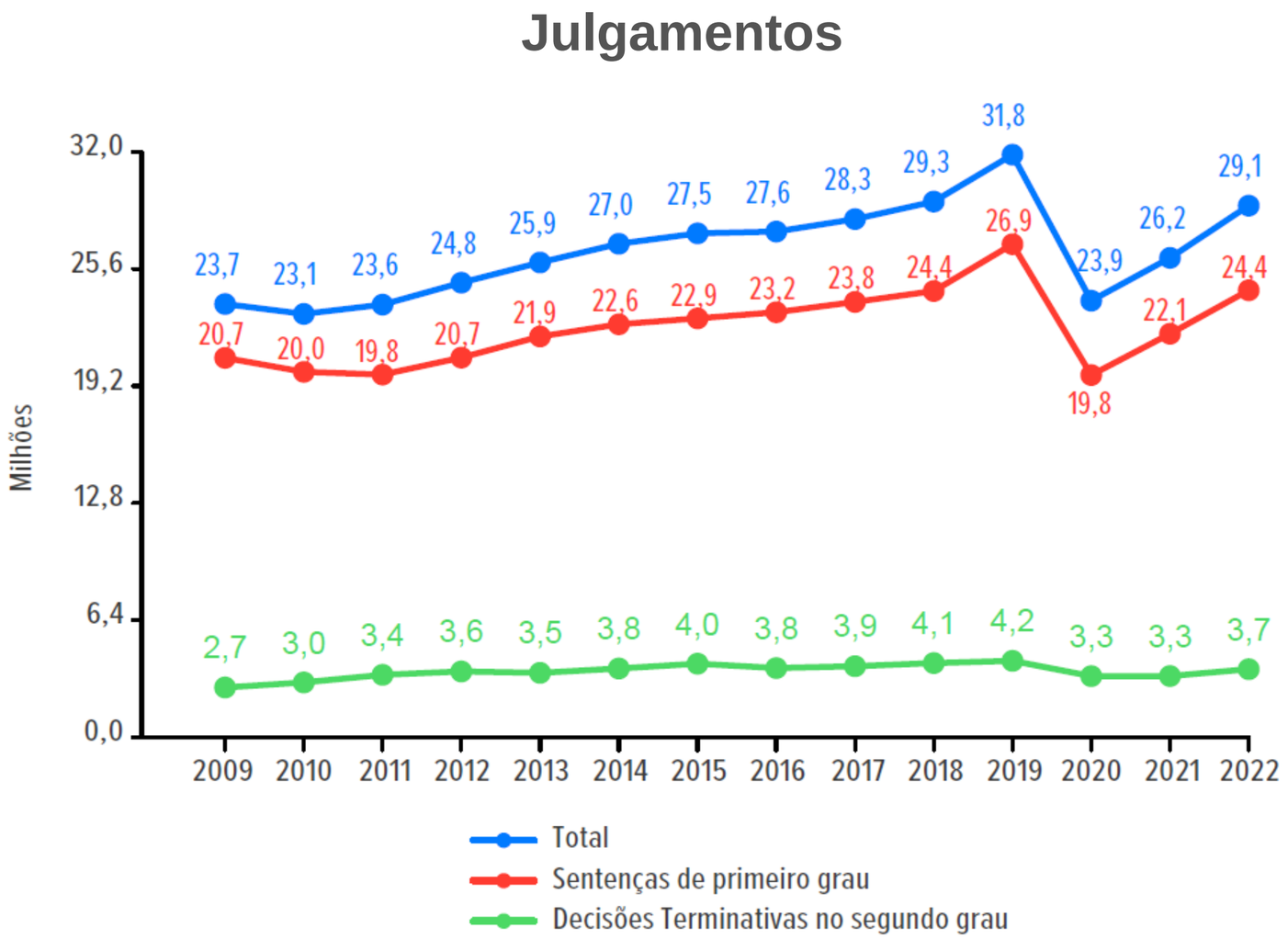


Arrecadações 2022:
R$ 678 bilhões
58,5% das Despesas



Julgamentos

Julgados:
29,1 milhões
Aumento: 10,9%, com reflexo nos dois graus de jurisdição

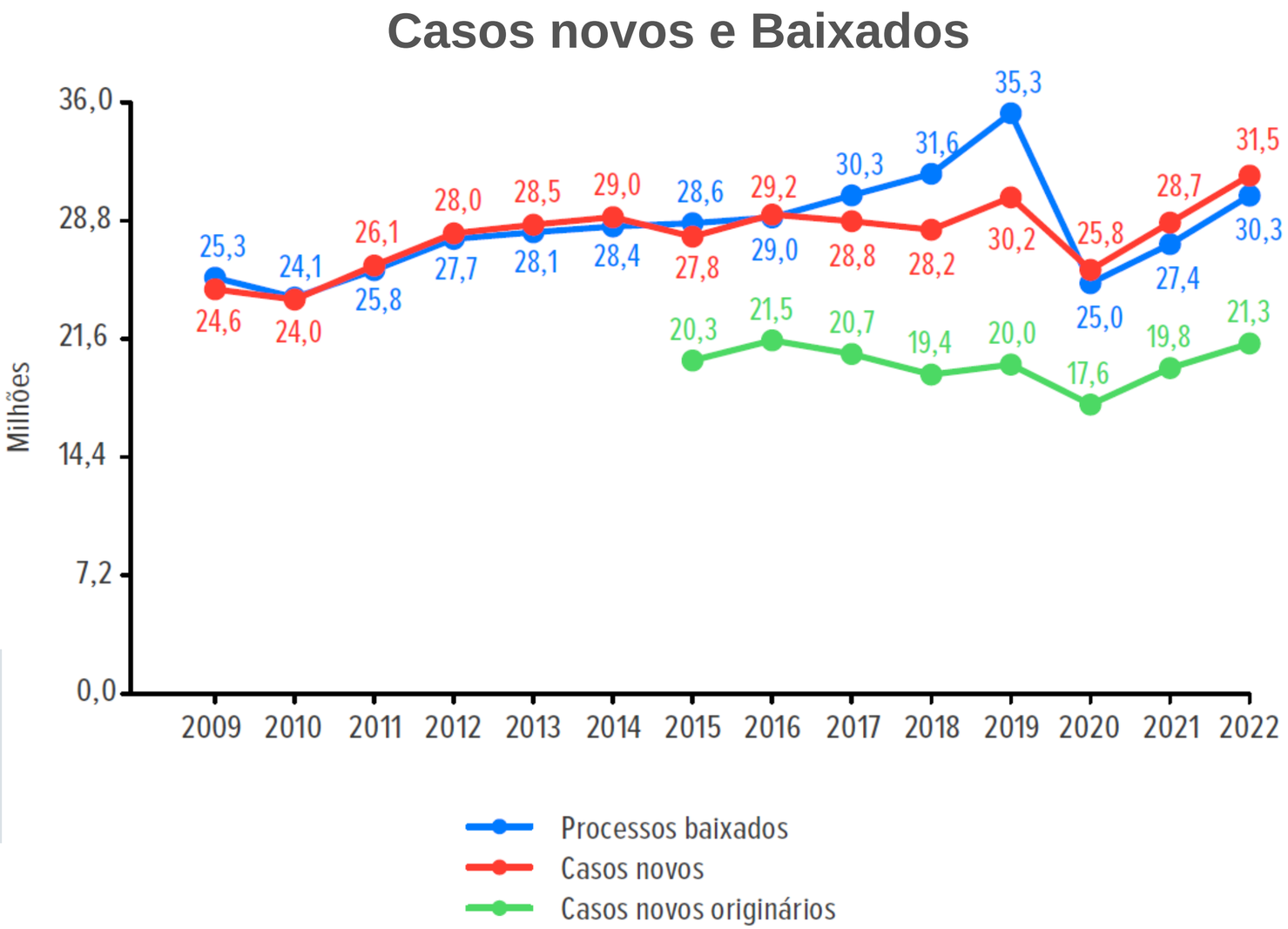


Dados processuais

Casos novos:
31,5 milhões (+ 10%)
Maior valor da série

Originários:
21,3 milhões (+7,5%)

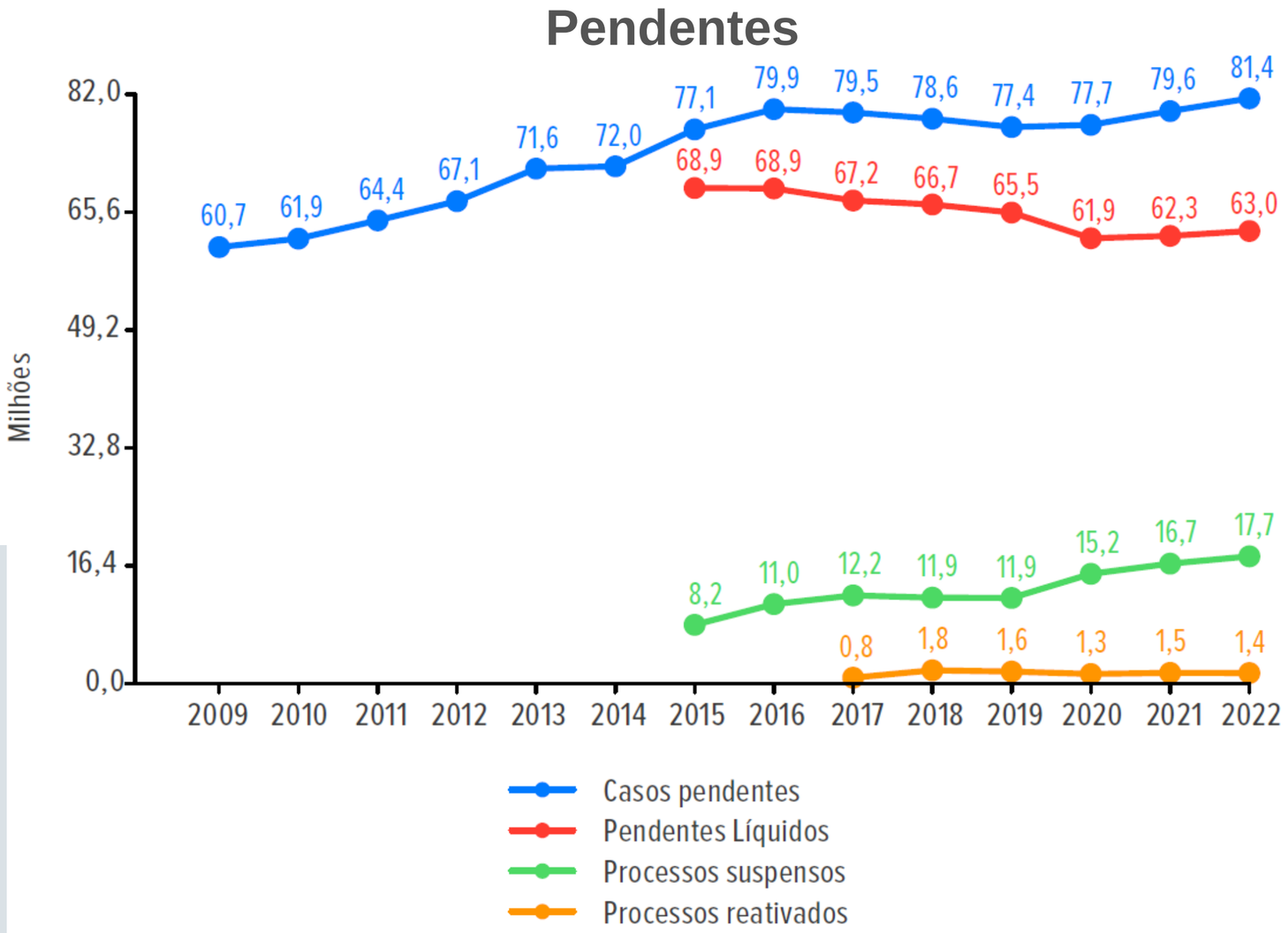
Baixados
30,3 milhões
Var.: + 10,8%



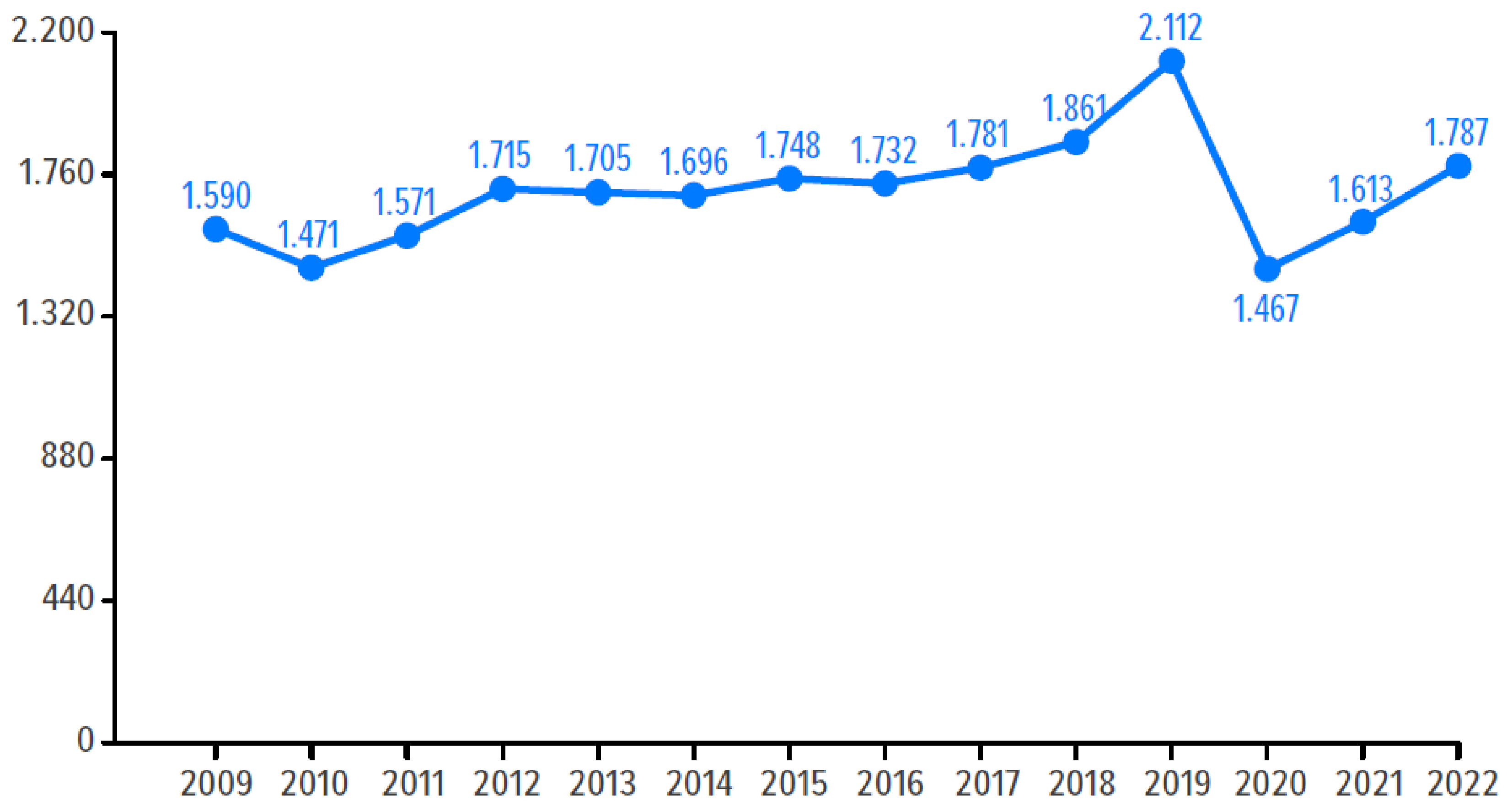
Dados processuais

Pendentes
81,4 milhões
Var.: + 2,2%
(+1,8 milhão).

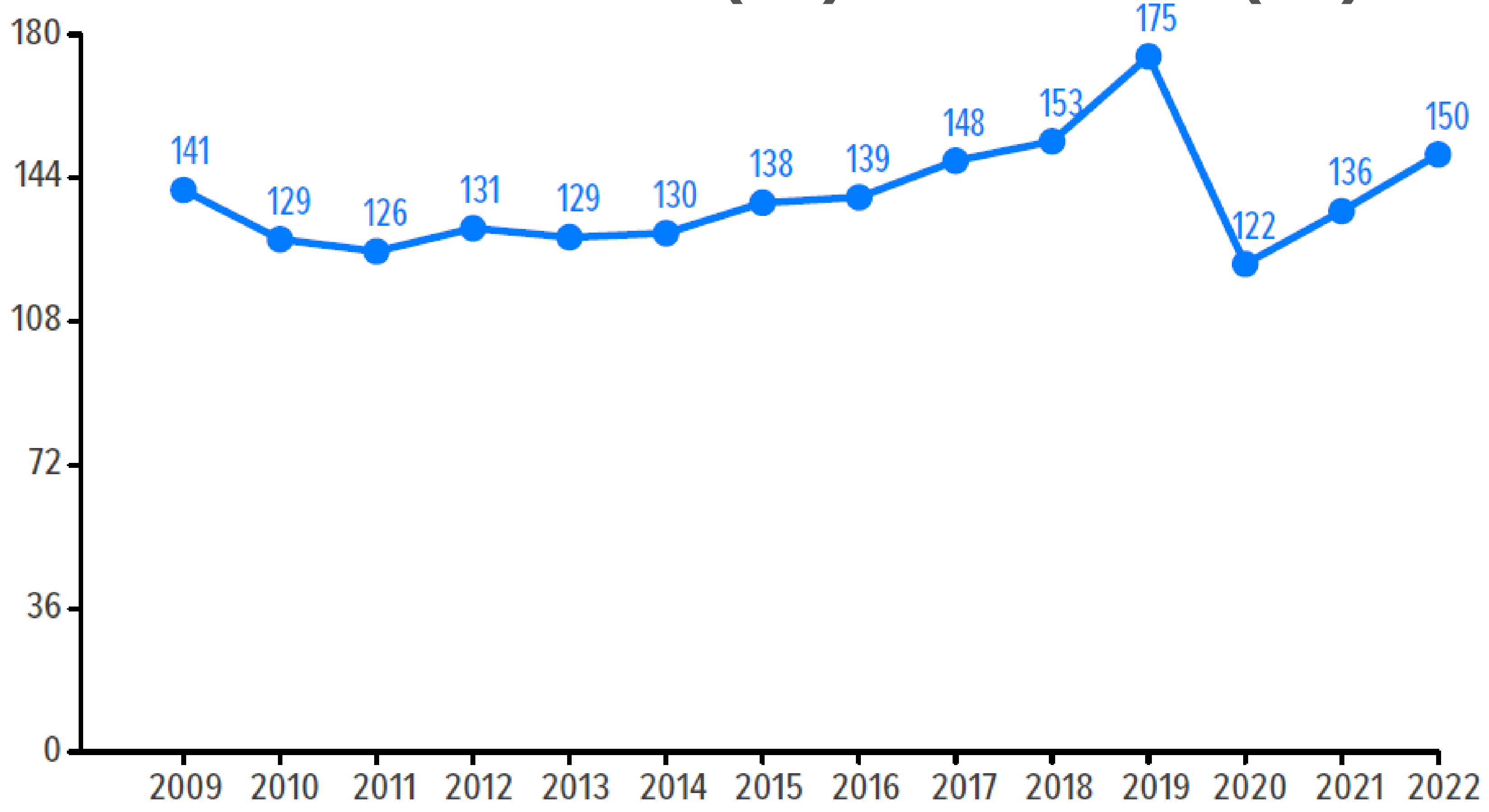
Pendentes Líquidos
63 milhões
21,7% Supensos
Var.: + 1,1%
(+1 milhão).



Produtividade dos(as) Magistrados(as)



Produtividade dos(as) Servidores(as)

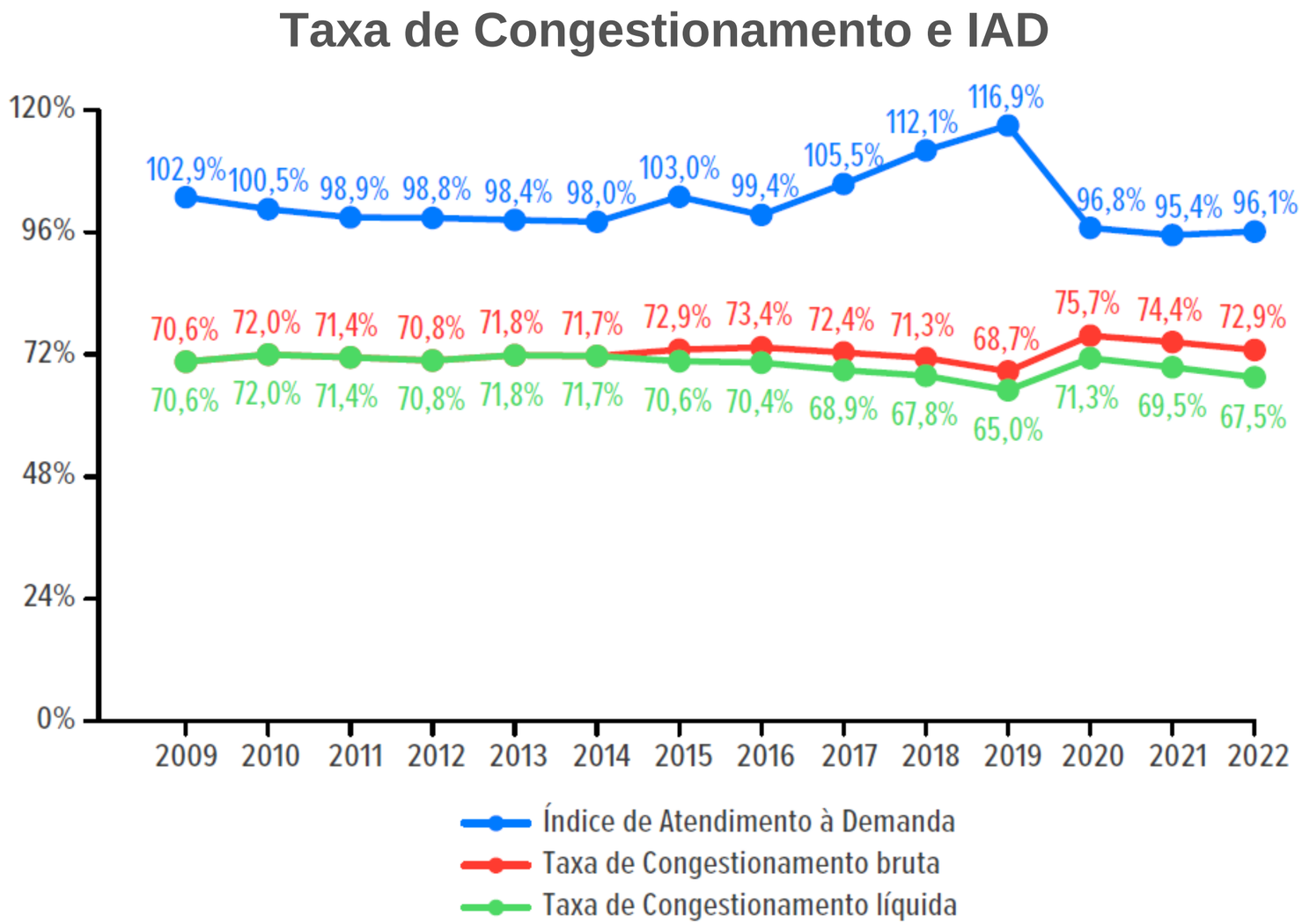


CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Elevação nos Índices de produtividade

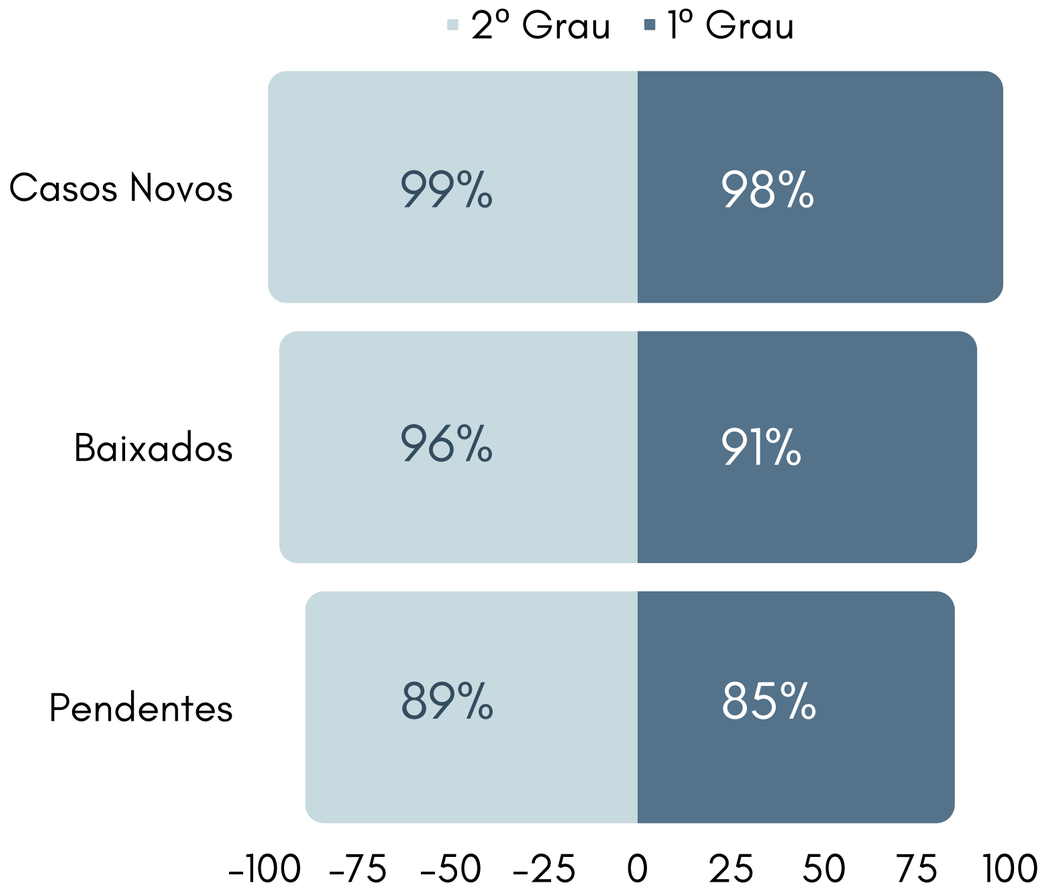
- +10,7% produtividade dos(as) magistrados(as)
- +10,5% produtividade dos(as) servidores(as).
- Média 7,1 casos solucionados/dia

Indicadores de Desempenho



- Aumento do IAD, embora ainda esteja abaixo de 100%.
- Taxa de congestionamento: 72,9% com redução de 1,5 p.p
- Taxa de congestionamento líquida: 67,5%

Processos eletrônicos



Tramitação Eletrônica x Física

- Apenas 14,2% dos processos em tramitação são físicos.
- Somente 4 tribunais possuem menos de 80% de processos eletrônicos: TJMSP (42,7%), TJES (46,8%), TRF3 (68,8%), TJSP (72,4%).
- **Tempo médio do pendente:**
  - Eletrônico: 3 anos e 5 meses.
  - Físico: 10 anos e 10 meses.

Conciliação

Índice de Conciliação: 12,3%

Conhecimento: 18%

Justiça Trabalho: 37,3%

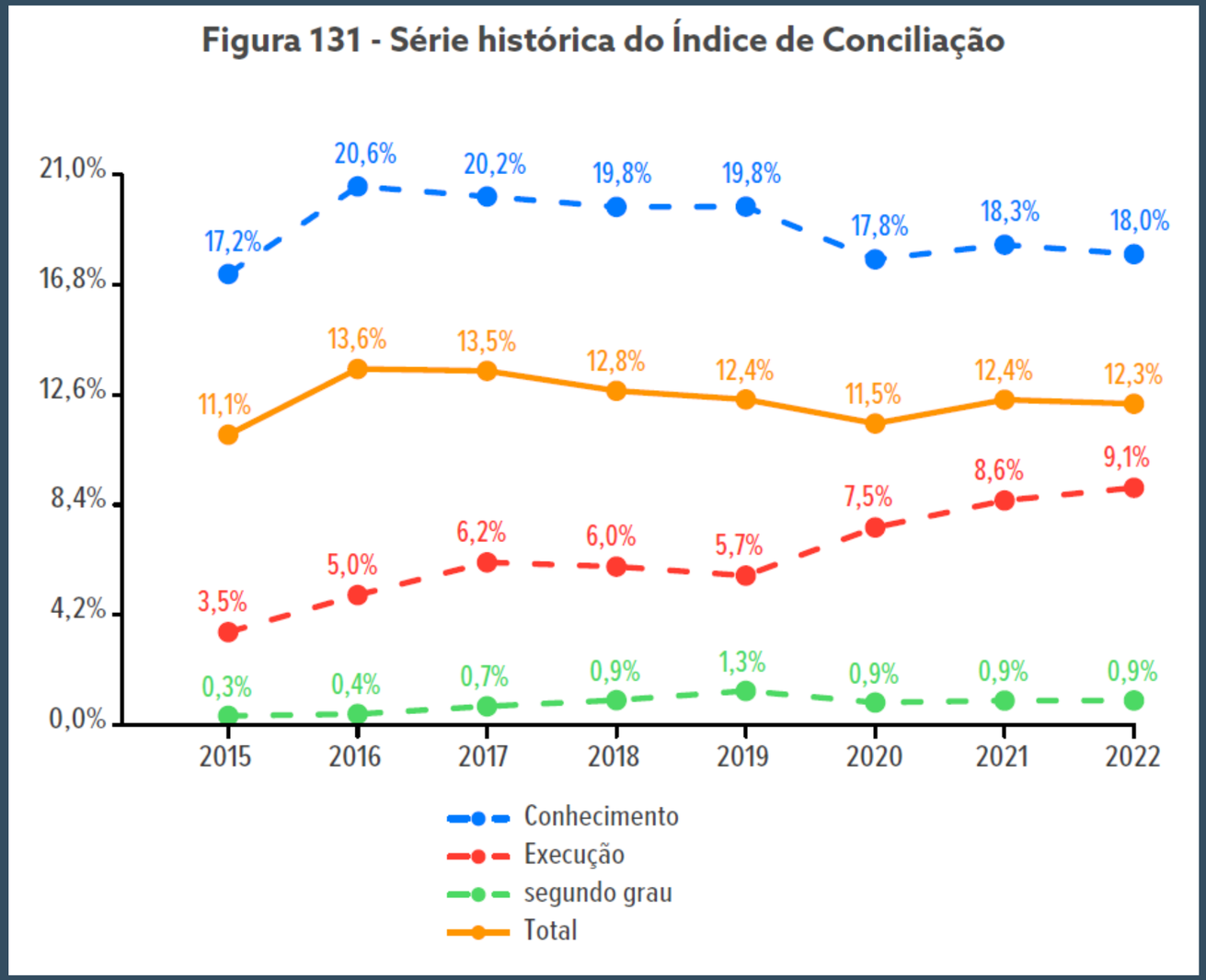
Juizados especiais: 16,7%

Execução: 9,1%

Aumento nos últimos anos

JEFs: 44,1%

Juizados Estaduais: 16,3%



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Recorribilidade

Metodologia:

Recorribilidade Interna:
Recursos internos dividido pelo número de julgamentos.

Recorribilidade Externa:
Remessas às instâncias superiores dividido pelo número de julgamentos.

Mudança de critério:
Até a última edição, a recorribilidade externa considerava também decisões interlocutórias no denominador.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Recorribilidade Interna

Recorribilidade interna do 2º grau é 2,2 vezes mais frequente que a do 1º grau e nos Tribunais superiores é 3,4 vezes maior que no 2º grau.

Recorribilidade interna Tribunais Superiores

Superiores
47,1%

Recorribilidade interna 2° grau - 13,7%

Estadual	Federal	Trabalho	Militar	Eleitoral
8,5%	15,8%	26,9%	9,6%	9,3%

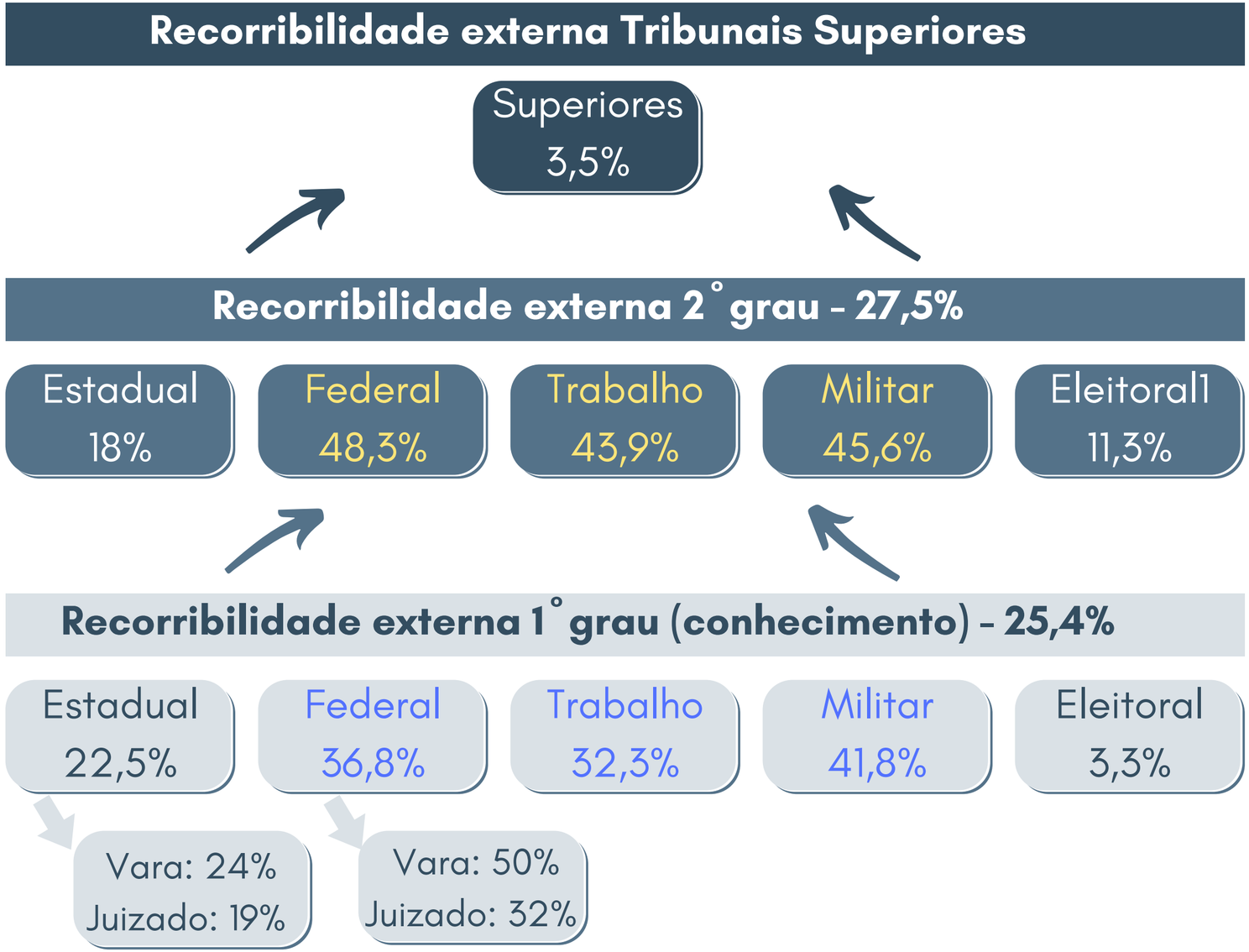
Recorribilidade interna 1° grau (conhecimento) - 6,2%

Estadual	Federal	Trabalho	Militar	Eleitoral
4,3%	8,3%	15,8%	1,4%	0,9%

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Recorribilidade Externa

- Justiça Estadual é a única com recorribilidade maior no 1º grau.
- Quase 50% dos processos dos TRFs chegam ao STJ.
- Recorribilidade dos juizados para turmas é menor que da justiça comum para o segundo grau;
- 50% dos processos de varas federais chegam ao 2º grau



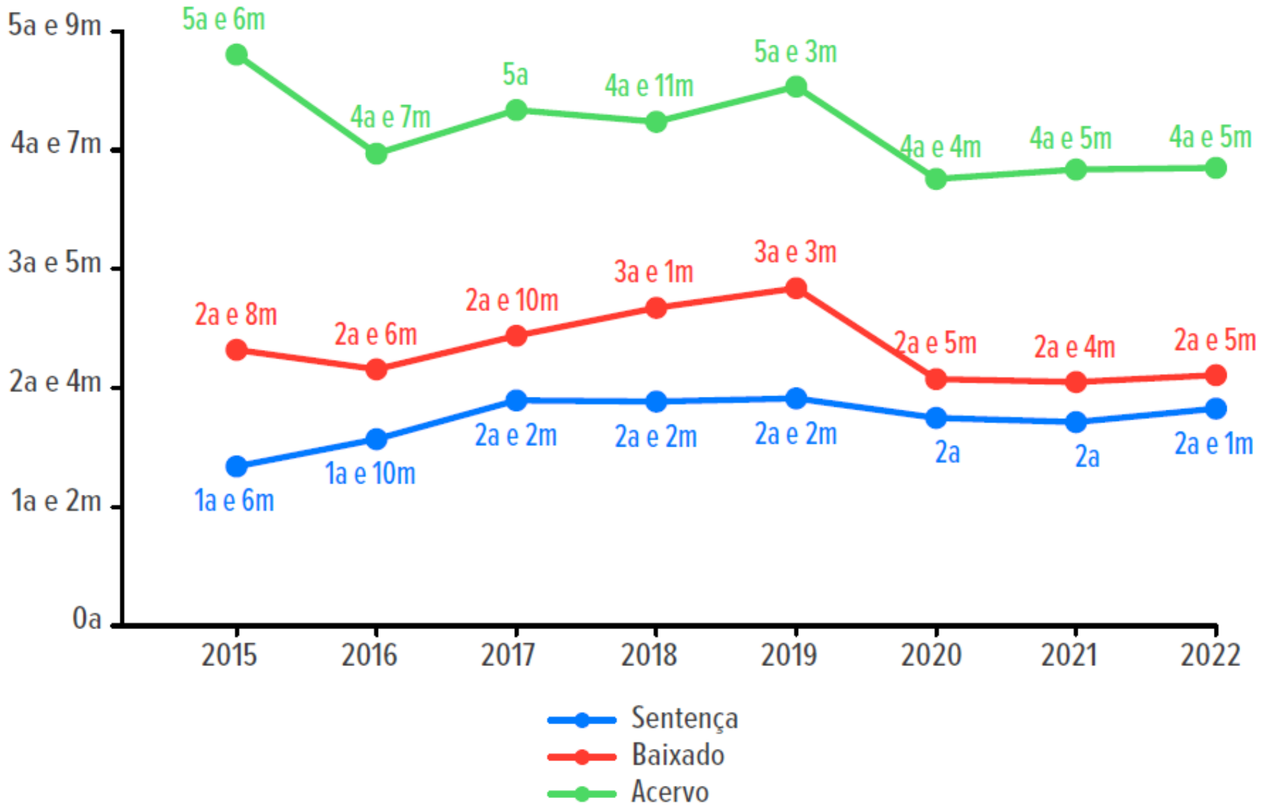
Tempo Médio de Tramitação

Tempo até a 1ª Sentença (2a e 1m):

- 2º grau: 7 meses
- 1º grau conhecimento: 1 ano e 6 meses
- 1º grau execução: 4 anos.
- Juizados: 10 meses.

Tempo do pendente (4a e 5m)

- 2º grau: 2 anos e 6 meses
- 1º grau conhecimento: 3 anos e 3 meses
- 1º grau execução: 5 anos e 8 meses.
- Juizados: 1 ano e 11 meses.



Impactos da Execução

- Dos 81 milhões pendentes, 52,3% são de execução – **45,2 milhões;**
- No TJDFT, TJRJ, TJSP, mais de 60% do acervo é de execução;
- Taxa de congestionamento: 83,5% na execução X 66,5% no conhecimento.

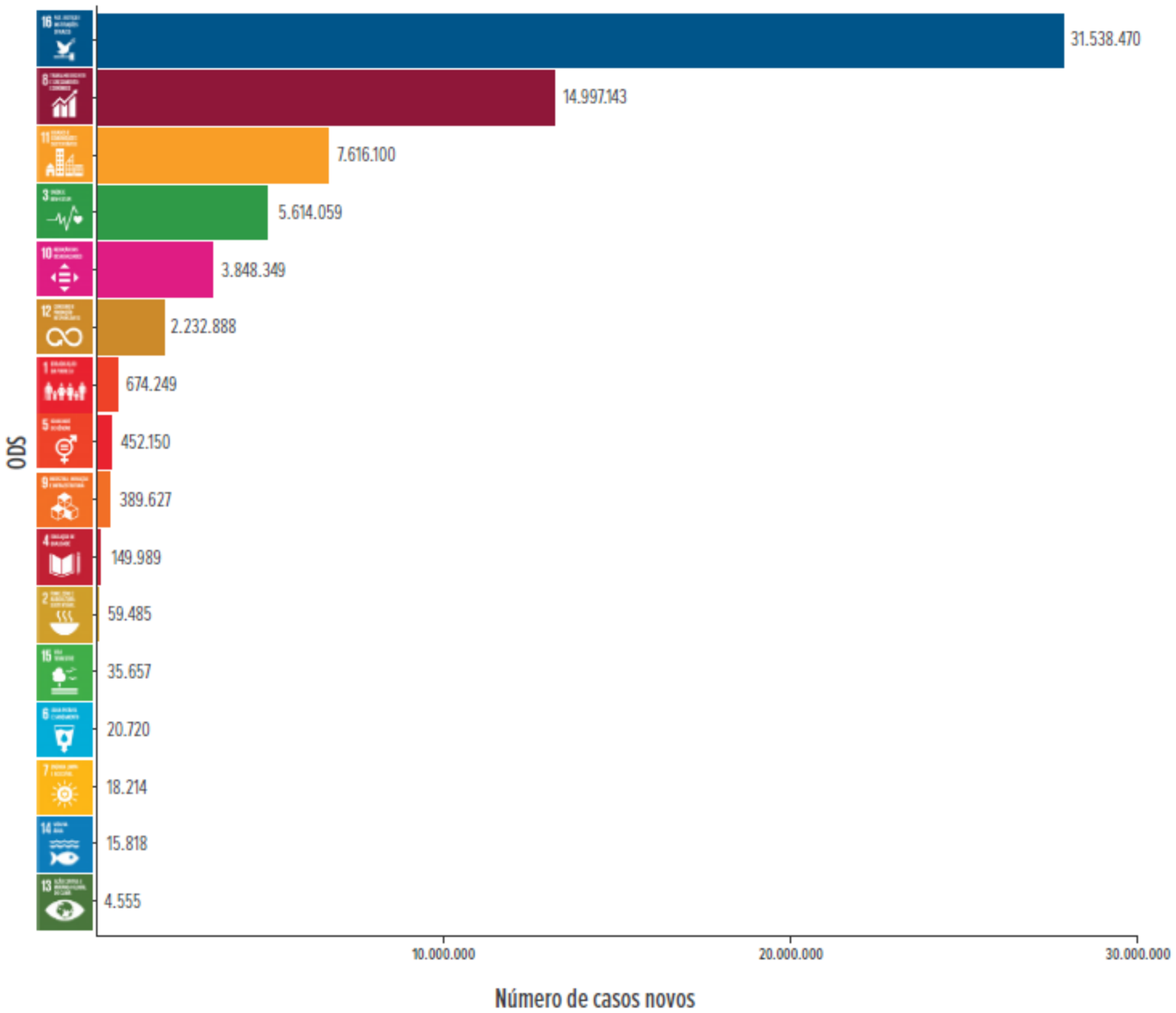
Execução Fiscal

- **27,3 milhões de execuções fiscais** em tramitação
- 3,7 milhões de execuções fiscais iniciadas, um dos maiores picos na série histórica.
- Representa 34% dos pendentes e 64% das execuções pendentes. Dos 81 milhões pendentes
- Taxa de Congestionamento é de 88% e sem esses processos, a taxa de congestionamento cairia de 72,9% para 66,9%.
- Tempo Médio da baixa: 6 anos e 7 meses.
- Tempo médio sem execução fiscal: 2anos e 4 mess.

Assuntos mais demandados

- **Justiça Estadual:**
  - **Varas**: espécies de contratos, IPTU, dívida ativa e família
  - **Juizados**: indenização por dano moral e material, contratos e títulos de crédito.
- **Justiça Federal:**
  - **Varas:** direito tributário (contribuições sociais e corporativas e dívida ativa), aposentadoria e espécies de contratos.
  - **Juizados:** previdenciário – auxílio por incapacidade temporária e aposentadoria; atualização do FGTS e benefício assistencial para pessoa com deficiência.
- **Direito do Trabalho:** Rescisão contratual, duração do trabalho, verbas remuneratórias, indenizatórias e benefícios, contratos de trabalho e responsabilidade civil do empregador.
- **Justiça Eleitoral**: cargos, candidatos, prestação de contas.
- **Justiça Militar**: PAD / Sindicância, questões funcionais, lesão corporal.

Agenda 2030 em Números



- **Tema Social**:
  - ODS-1: acabar com a pobreza;
  - ODS-2: acabar com a fome;
  - ODS-3: vida saudável e bem-estar;
  - ODS-4: educação;
  - ODS-5: igualdade de gênero;
  - ODS-10: reduzir a desigualdade.
- **Tema Ambienta**l:
  - ODS-6: água e saneamento;
  - ODS-7: energia;
  - ODS-12: produção e consumo sustentáveis;
  - ODS-13: mudança climática;
  - ODS-14: recursos marinhos;
  - ODS-15: ecossistemas terrestres.
- **Tema Econômico:**
  - ODS-8: crescimento econômico e trabalho decente;
  - ODS-9: infraestrutura;
  - ODS-11: cidades sustentávei.;
- **Tema Institucional:**
  - ODS-16: acesso à justiça e instituições eficazes, responsáveis e inclusivas;
  - ODS-17: parceria para o desenvolvimento sustentável.

Obrigada!
Ana Lúcia Aguiar
Gabriela Soares

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA